

a) 1 (um) representante indicado pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia (CREFONO 6) e 1 (um) respectivo suplente;

b) 1 (um) representante indicado por Instituição de Ensino Superior;

c) 2 (dois) representantes indicados por entidade não governamental, que atuem na área da deficiência física e mental e 2 (dois) respectivos suplentes;

d) 1 (um) representante indicado pela OAB Subseção Guarapari;

§ 1º. Considera-se entidade para pessoa com deficiência, a entidade legalmente constituída há mais de 01 (um) ano e declarada de utilidade pública no Município de Guarapari.

§ 2º. Fica assegurada a participação, com direito a voz, de convidados do COMPCD, inclusive de representantes de outras entidades, órgãos e organizações envolvidos na política municipal de atendimento aos direitos das pessoas com deficiência.

§ 3º. Os representantes governamentais serão indicados pelos respectivos Secretários Municipais, preferencialmente dentre profissionais efetivos de nível superior e comprovado conhecimento e/ou atuação na área de atendimento às demandas da pessoa com deficiência.

§ 4º. O processo eleitoral dos representantes da sociedade civil será normatizado no Regimento Interno.

§ 5º. Será substituído o Conselheiro que, no exercício das suas funções, faltar 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, salvo justificção escrita e aprovada pelo Plenário.

§ 6º Na perda do mandato de um conselheiro, a Entidade Governamental deverá indicar novo representante, acompanhado do seu suplente e a Entidade representativa da sociedade civil deve ser substituída por outra, observada a ordem numérica de suplência, estabelecida no fórum eleitoral.

**Art. 2º.** Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Nº. 4440, de 19 de agosto de 2020 e as alterações, aqui praticadas, serão insertas no texto original, como se nela estivessem transcritas.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente à publicação desta Lei.

Guarapari - ES., 23 dezembro de 2025.

**RODRIGO LEMOS BORGES**  
**Prefeito Municipal**

**Projeto de Lei (PL)**  
**Autoria do PL Nº. 189/2025: Poder Executivo Municipal**  
**Processo Administrativo Nº. 301804273/2025**  
**Protocolo 1697134**



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330032003900380031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## **LEI Nº. 5.149, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.**

### **DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA - RUA DOS GUARÁS**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município - **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

#### **LEI:**

**Art. 1º** Fica denominada a Rua dos Guarás, atualmente não nominada, que tem seu ponto de coordenadas geográficas X= 345863, Y= 7716816 (ponto 1) e X= 345937, Y=7716763 (ponto 2), e sua adjacência, localizada no bairro Jardim Boa Vista, neste Município, conforme anexo.

**Art. 2º** O Poder Executivo deverá adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, conforme disposto no inciso XXV do Art. 22 da Lei Orgânica do Município de Guarapari.

**Art 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapari - ES., 23 de dezembro de 2025.

**RODRIGO LEMOS BORGES**  
**Prefeito Municipal**

**Projeto de Lei (PL)**  
**Autoria do PL Nº. 208/2025: Vereador Vinicius Lino Nascimento**  
**Processo Administrativo Nº. 301803227/2025**  
**Protocolo 1697148**

## **LEI Nº. 5.148, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.**

### **DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÕES DE USO NO IMÓVEL DO MERCADO DE PEÇADOS DE GUARAPARI; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município - **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

#### **LEI:**

#### **CAPÍTULO I**

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a particulares permissão de uso de bem público para ocupação de espaços de imóveis das "Peixarias Municipais" de Guarapari, com observância das regras desta Lei e mediante prévio processo de seleção de interessados, a ser realizado na forma da legislação pertinente.

Parágrafo Único. As regras inerentes ao processo de seleção dos permissionários serão especificadas em decreto municipal regulamento normativo e no edital do certame, sendo vedada a participação aos comerciantes que residem a menos de 02 (dois) anos no Município de Guarapari.